

PGE

Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina

BOLETIM INFORMATIVO Nº 44

Março - 2013

SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Decretos..... 2

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Jurisprudência..... 2

Atos Internos..... 2

Notícias..... 2



GOVERNADOR DO ESTADO
João Raimundo Colombo

**PROCURADOR-GERAL
DO ESTADO**
João dos Passos Martins Neto

**SUBPROCURADOR-GERAL
DO CONTENCIOSO**
Antonio Fernando Athayde Jr.

LEGISLAÇÃO**ESTADUAL***Decretos***DECRETO Nº 1.364, de 29 de janeiro de 2013**

Aprova a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso de recursos estaduais para o exercício financeiro de 2013 e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 1.365, de 1º de fevereiro de 2013

Institui o Grupo de Trabalho de Apuração de Custos (GTCUSTOS) e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 1.366, de 1º de fevereiro de 2013

Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 704, de 17 de outubro de 2007, que regulamenta a Lei nº 13.342, de 10 de março de 2005, que dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC) e o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Catarinense (FADESC), e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 1.387, de 14 de fevereiro de 2013

Regulamenta a Publicação Eletrônica da Secretaria de Estado da Fazenda (Pe/SEF), instituída pela Lei nº 14.967, de 07 de dezembro de 2009.

DECRETO Nº 1.388, de 14 de fevereiro de 2013

Altera dispositivos do Decreto nº 1.326, de 21 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a regulamentação do disposto no art. 61, inciso I, da Lei Complementar nº 472, de 09 de dezembro de 2009.

DECRETO Nº 1.390, de 14 de fevereiro de 2013

Dispõe sobre a outorga à empresa SC Participações e Parcerias S.A. (SCPAr) dos direitos de exploração do Porto de Imbituba, delegados ao Estado pela União.

DECRETO Nº 1.391, de 19 de fevereiro de 2013

Autoriza a Secretaria de Estado da Educação (SED) a utilizar o Regime Diferenciado de Contratações (RDC) nos casos em que especifica e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 1.407, de 25 de fevereiro de 2013

Dispõe sobre o prazo de transferência de recursos de que trata o Decreto nº 1.309, de 13 de dezembro de 2012, que regulamenta a Lei nº 13.336, de 08 de março de 2005, e disciplina a celebração de instrumento legal pelo Estado que tenha como objeto o financiamento de programas e projetos culturais, turísticos e esportivos, no âmbito do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte (SEITEC).

DECRETO Nº 1.408, de 25 de fevereiro de 2013

Altera dispositivo do Anexo I do Decreto nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, que aprova o Regulamento Geral para Contratação de Materiais, Serviços, Obras e Serviços de Engenharia, no âmbito do Sistema Administrativo de Gestão de Materiais e Serviços (SAGMS), e estabelece outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2013

Estabelece o calendário de processamento da folha de pagamento da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Estadual para o ano de 2013 e adota outras providências.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**JURISPRUDÊNCIA****SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

RECURSO ESPECIAL Nº 1.338.238 - SC (2012/0064861-2)

Relator: Ministro Mauro Campbell Marques

Recorrente: Industrial Madeireira S/A

Recorrido: Estado De Santa Catarina

Procurador: Rosane Margarete Tonon Ribeiro e outro(s)

Publicação: 25 de fevereiro de 2013

Ementa: Processual civil. Recurso especial. Tributário. ICMS. Operações de exportação de mercadorias. Restrições previstas na LC 87/96. Legalidade. Precedentes. Discussão sobre os efeitos da EC 42/2003 sobre a LC 87/96. Enfoque constitucional da matéria.

1. (...) Assim, no que se refere às mercadorias destinadas ao uso ou consumo do estabelecimento, o direito ao crédito deve observar o disposto no inciso I do artigo referido, ou seja, o direito existirá apenas em relação às mercadorias que ingressarem no estabelecimento a partir de 1º de janeiro de 2020 (redação dada pela LC 138/2010).

(...)

2. Acrescente-se que, em recentes precedentes, ambas as Turmas têm aplicado o mesmo entendimento em relação aos créditos de ICMS decorrentes de operações que antecedem a de exportação.

(...)

4. Recurso especial a que se nega seguimento.

ATOS INTERNOS**PARECER Nº 046/2013**

Origem: Secretaria de Estado da Administração

Autor: Ana Cláudia Allet Aguiar

Ementa: Servidor público. Requerimento aposentadoria voluntária integral por tempo de contribuição. Hipótese de enquadramento por transformação. De cargo. Lei complementar Nº 311/2005. Nova carreira. Cumprimento dos requisitos da emenda constitucional nº 41/2003. Necessidade do transcurso de dez anos de serviço na nova carreira. Indeferimento do leito de aposentadoria.

PARECER Nº 052/2013

Origem: Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania

Autor: Silvio Varela Junior

Ementa: Servidor Público. Dispensa da Função de Confiança. Obrigação de restituir os valores percebidos indevidamente. Pedido de pagamento referente ao exercício de outra FG. Falta de eficácia do ato administrativo de designação.

NOTÍCIAS**PGE conclui concurso para defensor público de SC**

Os primeiros defensores públicos de Santa Catarina serão conhecidos até 15 de março. Coordenado pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), o concurso público que definirá os 60 nomes para os novos cargos está prestes a ser concluído.

Em 18/2, foram divulgadas, no site da Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos (Fepese), as notas da prova oral realizada nas últimas três semanas com 157 candidatos na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis.

Foram cerca de 4 mil inscritos que fizeram a prova objetiva em novembro, na qual foram aprovados 180 candidatos. A segunda e terceira etapa, dissertativas, diminuiu esse número para 157. Agora, após a prova oral, a última etapa do concurso público é a prova de títulos, de caráter exclusivamente classificatório, e que começará na próxima

semana. O concurso tem validade por dois anos, prorrogáveis por mais dois anos.

Segundo o cronograma, a divulgação do resultado final ocorre em 11 de março e sua homologação, em 15 de março. O concurso público para os 90 servidores da Defensoria Pública, 50 de nível superior e 40 de nível médio, foi realizado no domingo, 17, com cerca de 20 mil inscritos.